

## A classe social como processo: o conceito de formação da classe trabalhadora

João Valente Aguiar<sup>1</sup>

*«Rise like lions after slumber  
In unvanquishable number!  
Shake your chains to earth, like dew  
Which in sleep had fall'n on you:  
Ye are many – they are few»*  
Percy Shelley, “The masque of anarchy”, 1819

### **Introdução**

Michael Burawoy escreveu num ensaio que já se tornou clássico, «porque os operários trabalham tão duramente?» (Burawoy, 1982, p.xi). Para este autor, a fabricação do consentimento – para recorrer ao título da referida obra – constitui o foco central da sua análise. Num direccionamento claramente oposto, o nosso ponto de partida para esta investigação poder-se-ia expressar na questão: “porque se mobilizam os trabalhadores?”. Perante todas as evidências empiricistas e perante todos os que se atêm à faceta mais superficial dos fenómenos históricos, inúmeros e distintos contingentes de indivíduos e grupos de indivíduos pertencentes à classe trabalhadora organizaram-se colectivamente e romperam com o manto de inércia que as estruturas sociais do capitalismo instilam nos comportamentos individuais e colectivos dos agentes sociais. Independentemente do resultado final de tais empreendimentos, registre-se o facto de as classes dominadas terem demonstrado que, em determinados contextos espaço-temporais, estão socialmente habilitadas a irromper na cena da História, cortando amarras a décadas de vida anónima e anódina. Com efeito, a classe trabalhadora não tem nenhuma missão histórica auto ou hetero-atribuída, mas a construção de uma acção colectiva por parte dos seus membros refere-se especificamente a coordenadas sociais e históricas. Nesse sentido, as movimentações sociais e políticas da classe trabalhadora nunca estão determinadas

---

<sup>1</sup> Licenciado em Sociologia pela FLUP. Aluno de Doutoramento em Sociologia pela mesma Faculdade. O ensaio aqui exposto corresponde a uma versão do terceiro capítulo do relatório final de licenciatura. O autor aproveita este espaço para agradecer as pertinentes e estimulantes contribuições dos Professores João Teixeira Lopes e Virgílio Borges Pereira aquando da defesa pública daquele.

*a priori*, mas assomam sempre como possibilidades históricas de acordo com a articulação que se estabelece entre, por um lado, o grau de contradições e de desenvolvimento das e entre as estruturas e, por outro lado, a conjuntura social onde se inscrevem facticamente as práticas sociais concretas dos agentes.

Assim, neste artigo procuraremos trabalhar em torno de uma possível definição dos limites mínimo e máximo da possibilidade (histórica e socialmente determinada) de uma qualquer camada da classe trabalhadora se mobilizar colectivamente num dado contexto. Primeiramente, enunciamos a origem (e a novidade) do protesto popular na contemporaneidade (1) em paralelo com o confronto que se desenvolveu entre a nossa perspectiva que integra simultaneamente dimensões culturais, políticas e económicas com as de Beverly Silver (2) que praticamente reduz o seu escopo de análise a estas últimas. Através deste trajecto teórico chegamos ao conceito thompsoniano de formação da classe trabalhadora (3), pedra angular para estudos do final do século passado sobre acção colectiva operária e para a definição dos supramencionados limites mínimo e máximo da classe trabalhadora (4). Este ensaio encerra com duas exemplificações empíricas do conceito de formação da classe trabalhadora protagonizadas pelo sociólogo sul-coreano Hagen Koo sobre a classe trabalhadora do seu país (5) e por Kim Moody (6) sobre o estado geral de (des)organização actual da classe trabalhadora no contexto societal actual atravessado pela hegemonia ideológica e política do neoliberalismo.

### **1 – O protesto popular no virar histórico para a contemporaneidade**

Dentro do escol notável de historiadores britânicos do trabalho e da classe trabalhadora um nome merece referência: George Rudé. Estudando a fundo os movimentos populares desencadeados no século XVIII em França e Inglaterra, Rudé oferece-nos importantes elementos sobre as movimentações operárias e populares da época. Centrando-se na Revolução Francesa de 1789-93, o historiador vai convocar um aspecto relevante e vastas vezes omitido nos trabalhos historiográficos sobre aquele acontecimento histórico: a composição social dos revoltosos que tomaram a Bastilha. É relativamente consensual entre as várias correntes historiográficas que a Revolução Francesa consistiu, de grosso modo, à tomada do poder político por parte da burguesia, derrubando uma monarquia absolutista, garante político e armado da aristocracia e da nobreza como classes dominantes na formação social francesa. Ora,

segundo Rudé, se a burguesia se tornou uma nova classe dominante e se foi esta que dirigiu a luta contra o poder monárquico de Luís XVI, o autor interroga-se se teria sido essa classe a principal fornecedora de meios humanos e que mais esteve presente nas mobilizações de rua. Consultando e recolhendo material nos *Archives Nationales*, Rudé defende que «é possível apresentar uma análise bastante exacta dos vários elementos sociais envolvidos nas insurreições parisienses do período» (Rudé, 1970, p.96). Os resultados a que chega o autor – que não vamos aqui expor em detalhe por questões de economia de espaço – são bastante elucidativos. Em primeiro lugar, e confrontando os dados documentais encontrados nos arquivos supramencionados com os *Archives de le Préfecture de la Police*, «só uma minoria dos envolvidos em motins e manifestações eram criminosos» (idem, p.97). Em segundo lugar, o autor vai assinalar que os motins de *Réveillon* em Abril de 1789, responsáveis por abrir caminho ao derrube do absolutismo em Julho do mesmo ano, vão ter «como elemento predominante mais os trabalhadores assalariados do que os artesãos independentes, pequenos proprietários e outras secções da pequena-burguesia» (idem, p.99). Ao mesmo tempo, um dado de extremo interesse é a presença de organismos da classe trabalhadora da época – classe trabalhadora que partilhava múltiplas características socioeconómicas com a massa plebeia inglesa analisada por Thompson (Thompson, 1993). «Os trabalhadores de Paris tinham as suas *compagnonages* ou associações de trabalhadores de jorna» (Rude, 1970, p.57) o que parece mostrar a existência de organizações ou embriões de organização por parte da classe operária oitocentista parisiense. No fundo, o aparecimento da classe trabalhadora nos acontecimentos mais revolucionários e de maior convulsão política e social da história contemporânea atesta que «problemas como os da organização da acção política, dos canais de comunicação entre lideranças e militantes e da mecânica da agitação extra-parlamentar quotidiana» (idem, p.331) eram já uma preocupação naquela fase de transição para o capitalismo. George Rudé procura mostrar que a consolidação organizacional da classe trabalhadora na época era ainda bastante débil. Os laços entre organização e espontaneidade das massas populares eram bastante vulneráveis. Contudo, tanto em Paris como na cidade de Londres no mesmo período, Rudé vai descobrir um padrão mais ou menos coerente e comum de organização da classe trabalhadora. Para o historiador, «petições e acção extra-parlamentar, coros sincronizados de jornais e panfletos satíricos e, quando o elemento popular estava

ainda mais activamente envolvido, manifestações de rua, marchas e ataques ou ameaças a propriedades e a pessoas» (idem, p.332) exigiam um grau mínimo de organização operária. Mesmo na chamada *mob* (multidão em inglês), a sua espontaneidade não se eximia de um mínimo de estruturação:

«espontâneas como muitas dessas manifestações poderiam aparecer, havia sempre um grau de organização com alguns canais elementares de comunicação e de comando. Geralmente, o núcleo da *mob* era formado por uma banda itinerante, situada num bairro, que corria ou marchava pelas ruas [dos bairros populares, nota nossa] agregando forças ao longo do seu trajecto. (...) Essas bandas podiam juntar os seus membros espontaneamente, mas, no geral, elas adquiriram um grau de coesão, de onde emergia um líder ou um “capitão de revoltas”» (idem, p.333).

Portanto, as massas populares da altura mobilizavam-se e já detinham alguma capacidade de organização. Como seria então possível relacionar a explosão revolucionária de 1789 organizada e dirigida a partir de cima por uma burguesia em ascensão e a iniciativa popular? Marx e Engels no clássico *Manifesto do Partido Comunista* oferecem uma possível explicação. Para os dois autores alemães,

«a solidariedade das massas operárias ainda não é consequência da sua própria união, mas a consequência da união da burguesia, a qual, para atingir os objectivos políticos que lhe são próprios, tem de pôr em movimento todo o proletariado (...). Nesta fase os proletários combatem, pois, não os seus inimigos, mas os inimigos dos seus inimigos, os restos da monarquia absoluta, os senhores da terra, os burgueses não industriais. Todo o processo histórico está, assim, concentrado nas mãos da burguesia; todas as vitórias assim alcançadas são vitórias da burguesia» (Marx e Engels, 1975, p.69).

Com efeito, a organização própria da classe trabalhadora serviu, naquela fase histórica, para servir de aríete contra a monarquia absolutista francesa, entre outras. Ao mesmo tempo, a independência programática da classe trabalhadora aparentava, nessa fase, não fugir aos intentos políticos da burguesia. Rudé vai incorporar este raciocínio ao seu quadro teórico mas adicionando e dando um maior relevo às reivindicações da classe. Isto é, George Rudé assinala que «existe ampla evidência que sugere que, longe de serem instrumentos passivos, as multidões revolucionárias estavam impregnadas com slogans e ideias dos grupos políticos que lutavam pelo poder à medida que a Revolução [Francesa, nota nossa] avançava» (Rudé, 1970, p.137). Em poucas palavras, o argumento marxiano está aqui exposto. Como se fez notar acima, Rudé irá também dar espaço ao estudo da luta operária própria, movimentações sociais da classe sobretudo relacionadas com aspectos económicos.

Politicamente<sup>2</sup>, a classe trabalhadora estava ancorada na amplitude temática e propositiva da burguesia. Social e economicamente, as massas trabalhadoras mobilizavam-se desligadas das lideranças democráticas e burguesas

«por considerações mais imediatas, como baixos salários ou os preços inflacionados (...). Motins em busca de comida [*food riots*] tinham uma ligação muito estreita com os preços e com os stocks dos mercados e com os fornecimentos de trigo e de pão» (idem, p.329).

E ainda, «as pessoas comuns de Paris juntavam-se em torno de um propósito comum – assegurar fornecimentos adequados de comida a um preço e num prazo razoáveis» (idem, p.157). Albert Soboul, historiador especialista da Revolução Francesa, é ainda mais preciso na descrição desta faceta da luta popular. Para Soboul as mobilizações operárias e populares de raiz reivindicativo naquele contexto estão longe de ser meros episódios laterais no processo revolucionário. Ao contrário, Soboul considera o impacto das reivindicações na própria introdução de determinadas configurações legislativos no novo Estado francês, dando o exemplo da lei de 29 de Setembro de 1793 relativa aos salários dos operários.

«Em ordem a manter um diferencial entre salários e preços favoráveis aos trabalhadores, a lei de 29 de Setembro de 1793 elevou os salários em 50 por cento relativamente ao índice de 1790, enquanto os preços subiram apenas um terço» (Soboul, 1988, p.104).

Da nota de Soboul podemos inferir a importância que a luta e a acção colectiva operária iriam ter na inscrição de enunciados e de direitos no próprio corpo legislativo dos Estados modernos. Esta iria ser uma lição de elevado alcance para a história futura dessa classe social. Só a sua mobilização colectiva ao longo de um dado período de tempo poderia criar condições para a legislação de determinadas aspirações sociais e económicas.

Assim, durante a Revolução Francesa, a classe trabalhadora não tem ainda uma percepção definida dos seus interesses políticos, operacionalizando os intentos da burguesia<sup>3</sup>. Mas ao nível reivindicativo e em torno de questões candentes para a

---

<sup>2</sup> «Existem hoje poucas dúvidas que estas multidões revolucionárias entusiasticamente apoiaram e assimilaram os objectos, ideias e slogans dos grupos políticos da Assembleia Nacional, de Cordelier e dos Clubes Jacobinos cuja liderança elas reconheciam e onde no interesse desta se manifestavam, recolhiam assinaturas ou pegavam em armas» (idem, p.139).

<sup>3</sup> Esta vai perder a confiança na mobilização operária como forma de derrotar a nobreza. A fusão política ou familiar (Hobsbawm, 1988, p.330-333) inter-classista, entre burguesia e nobreza, irá ser privilegiada no futuro, dado o medo que as massas operárias e populares em acção infundiram na burguesia. Mesmo na Revolução Francesa a pacificação entre as alas moderadas dos jacobinos e os girondinos mostra como a burguesia e a antiga nobreza deram a mão contra os “excessos” robesperianos, dos *sans-culottes* e das classes populares. A marca de Robespierre e do apoio que este deu à própria acção popular ainda hoje não são “perdoados” pela burguesia francesa. Não há ainda hoje,

sua própria sobrevivência, a classe trabalhadora começa a demonstrar uma vitalidade assinalável, desencadeando turbilhões na estrutura social. Um novo fenómeno social surgia com a contemporaneidade: a formação da classe trabalhadora, ou se se preferir, as diferentes modalidades processuais de formação política, ideológica e organizacional das várias classes trabalhadoras nacionais.

## 2 – Beverly Silver e o estudo da acção colectiva operária

Reflectindo sobre a crise do movimento operário nas últimas décadas, Silver considera que os trabalhadores enquanto classe continuam a deter determinadas fontes de poder entre as quais o *poder de associação* – «formas de poder que emanam da organização colectiva dos trabalhadores» –, o *poder estrutural* – «poder conferido aos trabalhadores apenas em virtude da sua posição no campo económico» –, e *poder de barganha no local de trabalho* – «que advém da localização estratégica de um certo grupo de trabalhadores num sector industrial-chave» (idem, p.29). Deste *set* de propriedades sociais da classe trabalhadora<sup>4</sup> esta socióloga afiança que um dos motores do conflito e da mudança social passa precisamente pelo cruzamento desse conjunto de fontes de poder da classe trabalhadora com a articulação de crises de lucratividade do sistema económico e de crises de legitimidade, como factores que geram «a tensão que há no bojo do capitalismo histórico» (idem, p.35). Por conseguinte, a autora fala de uma «história da dialéctica entre a *resistência operária à exploração no local de produção* e os esforços do capital para vencer essa resistência» (idem, p.35) [itálicos nossos] como factor de incremento de dinamismo no tecido social e económico. Um muito breve reparo a esta asserção tem que ver tão-somente com a equiparação *exclusiva* da resistência operária ao “local de produção”.

Entretanto, registre-se a tendência histórica paradoxal de desenvolvimento das sociedades hodiernas onde o «próprio desenvolvimento capitalista leva ao fortalecimento estrutural daqueles que detêm a força de trabalho» (idem). O mesmo é dizer que nesta tese da autora quanto mais poderosos os mecanismos de controlo da força de trabalho no processo económico, maior o *potencial* de a luta operária induzir

---

segundo o filósofo francês George Labica (Labica, 2005), nenhuma rua ou estátua em França evocativa de Maxime Robespierre.

<sup>4</sup> Tomada no ensaio na sua globalidade, portanto, incorporando todos os agentes sociais inseridos em relações de assalariamento.

perturbações (ainda mais) profundas no domínio societal do capital. Esta é, em traços gerais, a tese central do ensaio de Beverly Silver.

a autora postula, «para onde vai o capital, o conflito vai atrás» (idem, p.53). Por outras palavras, o deslocamento espacial dos investimentos do capital em busca de recursos – humanos, materiais, físicos, etc. – que proporcionem uma maior lucratividade, estaria na base da própria deslocação dos conflitos laborais e da elevação da mobilização social e sindical operária. Silver utiliza o exemplo da indústria automóvel para demonstrar como após um determinado período de tempo do estabelecimento de uma unidade produtiva desse ramo, se deu a activação de fortes lutas operárias nesses países receptores de novos investimentos. A deslocalização de boa parte do parque industrial do sector automóvel dos países centrais (Europa e EUA) para franjas da periferia (Brasil, África do Sul, Coreia do Sul) e o correlativo arrastar de lutas da classe trabalhadora dos primeiros para estes últimos países (idem, p.58-72) conferem uma boa dose de argúcia ao olhar atento de Beverly Silver. Face a esta padronização, a autora não enjeita a possibilidade de o México e a China – como os mais recentes receptores de grandes projectos desta indústria – poderem vir a registar novas ondas de lutas operárias com algum escopo. Adicionalmente, Silver considera que estes movimentos de capital devém-se, por um lado, à necessidade irreprimível das transnacionais em incrementar a apropriação de mais-valia defronte da aplicação massiva de capital constante no processo produtivo e, por outro lado, da tentativa de fuga do capital à luta organizada da classe trabalhadora. Consequentemente, esta volta ao mundo por parte da indústria automóvel cria importantes fontes de luta operária que mesmo depois das deslocalizações massivas de unidades fabris, tendem a perdurar fortes organizações sociais e sindicais. A propósito vale a pena lembrar que tanto num país relutante à mobilização operária como os EUA se mantêm de pé um forte sindicato no sector (o UAW – United Auto Workers), como nos referidos países da periferia, os trabalhadores desta indústria mantêm sindicatos relativamente fortes e implantados na classe. Portanto, o argumento de Silver é sugestivo e parece ter uma forte corroboração empírica. O mérito maior desta fundamentação da autora – e que será paralelo à tese do capítulo seguinte do seu livro – consiste na relação efectuada entre a estrutura produtiva e a luta operária. Ou seja, a posição objectiva dos trabalhadores nas relações de produção assoma como um factor não despidendo no

impulsionalamento da luta operária. Mais ainda, a localização de um segmento da classe trabalhadora em determinadas unidades produtivas da cadeia internacional de produção de automóveis, bem como o próprio posicionamento relevante da indústria automóvel no tecido económico global, fundam, em mútua articulação, um potencial de luta operária que acaba por dar um forte impacto às acções de contestação desta franja da classe trabalhadora. Neste cenário, o capital tem respondido por duas vias principais. Primeiro, «uma resposta recorrente dos empregadores às grandes ondas de protesto de trabalhadores tem sido a automação» (idem, p.73), isto é, a aposta em «transformações organizacionais pós-fordistas» (idem, p.75). Segundo, a supracitada deslocação territorial.

Apesar do recurso a estas duas opções, a sua eficácia estaria longe de ter sido alcançada. Tomando o modelo de produção toyotista do *just-in-time* como exemplificação, Silver mostra como hoje uma greve nesse sistema assume maiores repercussões do que no passado:

«Em Julho de 1997 os trabalhadores da General Motors entraram em greve na fábrica de transmissões no subúrbio de Detroit que fornece peças para todas as montadoras da empresa na América do Norte, excepto a Saturn. Os trabalhadores protestavam contra a terceirização [em Portugal o conceito equivalente é o de subcontratação; nota nossa] e pediam melhores níveis de emprego e maior estabilidade. No terceiro dia da greve dos 2800 operários da fábrica, a GM tinha sido forçada a fechar quatro montadoras, deixando ociosos um total de 19300 trabalhadores. *Se a greve tivesse durado duas ou três semanas teria praticamente paralisado as operações de montagem da GM em toda a América do Norte. Chegou-se a um acordo em três dias e o sindicato declarou-se vitorioso*» (idem, p.76-77) [itálicos nossos].

De facto, o *potencial* de criar maiores problemas às grandes transnacionais é evidente, mas a autora nunca fala do talvez ainda maior poder de limitação de organização colectiva dos trabalhadores instilado pelo *just-in-time*. A fragmentação da classe trabalhadora no decurso de todo o processo produtivo – ainda para mais, internacionalizado – e a desconcentração física da produção (diferentemente da típica fábrica fordista que chegava a abarcar dezenas de milhares de operários num único local), privilegiando unidades fabris com menores contingentes operários, consubstanciam um factor de atrito muito forte à mobilização operária. Do nosso ponto de vista, o maior potencial de luta referido por Silver é plenamente justificado, mas tal facto não pode obscurecer que a solução tecnológico-organizacional consagrada em múltiplas facetas do toyotismo continua a ser um poderoso obstáculo ao protesto colectivo e organizado – nacional e internacionalmente – da classe trabalhadora. A existência do *just-in-time*, bem como a constante deslocação



geográfica da produção, não explicam de modo suficiente porque os trabalhadores continuam a fazer ouvir a sua voz colectiva.

para a socióloga norte-americana a luta operária é sobretudo um derivado de dinâmicas imanentes à estrutura económica, independentemente de se abordar o deslocamento geográfico do capital ou o ciclo de vida de um qualquer produto. Como se aventou acima, há aqui um grande mérito na interligação entre as estruturas objectivas e a constituição de práticas colectivas de luta. Desta forma, Silver refuta as concepções que tendem a equiparar a classe a uma estrutura ou a uma mera tipologia classificatória de lugares de classe. Consequentemente, a classe social surge como a *conjugação de práticas colectivas* – económicas, políticas e culturais – *em forma de processo*. Assim, a classe consiste numa categoria teórica que aporta um grau de dinamismo e plasticidade histórica, ao mesmo tempo que é capaz de se afirmar como uma realidade sociológica concreta. Todavia, a maior pecha teórica do seu ensaio, na linha do que temos vindo a procurar demonstrar, passa por ver o processo de formação da classe trabalhadora como um fenómeno predominantemente económico ou resultado (quase) exclusivo de factores económicos. No fundo, a dimensão cultural e a dimensão política são trabalhadas de modo claramente secundarizado, embora as duas tenham sido tratadas diferentemente, tanto de um ponto de vista quantitativo como de um ponto de vista qualitativo.

Relativamente à dimensão cultural, importa enumerar alguns dos problemas que a sua omissão contempla. Em primeiro lugar, uma abordagem do processo de mobilização da classe trabalhadora sem atender às culturas de classe, afigura-se, logo à partida, como um procedimento empobrecedor. O universo cultural que as classes trabalhadoras de todo o mundo foram construindo ao longo dos últimos 150 anos, apesar de inevitavelmente variáveis de contexto para contexto, funcionaram sempre como poderosos catalisadores na construção de fortes identidades colectivas de classe. Autores tão diversos como Katznelson e Zolberg (1986), Foot Hardman (2002), E.P. Thompson (1991) ou Hobsbawm (2000; 2005), entre muitos outros, deram conta de todo um vasto manancial de sociabilidades culturais operárias sem as quais a solidificação e coesão da classe trabalhadora teria sido de todo impossível. Isto é, não basta o turbilhar de uma dinâmica económica para detonar a acção colectiva da classe trabalhadora. Como exemplo clássico, a profunda crise económica de 1929 não resultou directamente em vagas de luta operária tão poderosas e que pudessem

colocar em causa a ordem vigente como as que abalaram a Europa de 1917 a 1923. O próprio argumento – claramente consistente, mas parcial – de que “para onde vai o capital, o conflito vai atrás” não pode descartar que para onde vai o capital, forma-se invariavelmente uma classe trabalhadora com uma nova composição económica e social mas também um arcaboço cultural adstrito e sem o qual o conflito não iria atrás. Em consonância, sem auto-identificação de classe por parte dos seus membros muito mais dificilmente rebentam lutas operárias em grande escala. Não é por acaso que hoje um dos entraves mais eficazes à capacidade de organização colectiva da classe trabalhadora passe precisamente pelas dificuldades com que largas camadas de novos trabalhadores têm em se identificar subjectiva e supra-individualmente como trabalhadores assalariados. Sem uma consciência do “nós”, ou se se preferir, de um “eu” colectivo, os protestos marcadamente de classe – sindical ou outro – tendem a não se expressar de um modo saliente. Em segundo lugar, a homologia patente no fordismo entre unidade fabril assente em grandes concentrações operárias – onde o operariado não sofria um processo de *verticalização* de múltiplas categorias profissionais e sócio-técnicas intermédias e de *especialização* qualificacional tão marcado como hoje – e os espaços culturais da classe trabalhadora – comunidades e bairros operários, música e poesia popular, sociabilidades culturais colectivas como festas, etc. – contribuiu para equivocar o papel da cultura operária no processo complexo de constituição da classe trabalhadora. Essa homologia obscureceu todo o património simbólico popular e operário que fornecia a linguagem de classe e a inculcação de valores de solidariedade e de auto-identificação de classe. Ou seja, em vez de uma interacção dialéctica entre o factor económico – a fábrica fordista – e o factor cultural que pudesse auxiliar na compreensão de como ambos forjaram a consciência de classe dos trabalhadores dessa época, certas concepções enfiadas de economicismo ajustaram automaticamente a posição de classe do operariado no processo produtivo às suas mobilizações e contestações sindicais e políticas. Analogamente, o mesmo raciocínio transfere-se para *Forças do trabalho*. Dessa maneira, a mobilização e constituição do operariado como uma classe para si, deixou de lado o seu lastro processual triplamente económico, político e cultural. Em terceiro lugar, a omissão da dimensão cultural no processo de formação da classe trabalhadora pelo que ela implica de interrogação do real-social como uma totalidade orgânica, leva a desprezar todas as instâncias não-económicas em todo esse processo.

Se se levassem as premissas dos argumentos de Silver ao extremo, é quase como se a movimentação operária se reduzisse ao mundo económico, tanto no que à determinação global da classe trabalhadora diria respeito, como na circunscrição das lutas operárias ao universo económico. Retirar-se-ia, assim, por um lado, a capacidade de auto-produção cultural existente na classe trabalhadora e, por outro lado, afastar-se-ia essa classe da arena da luta política.

Ao contrário da omissão no respeitante à instância cultural, o universo do político é alvo de enfoque analítico. Neste ponto do seu ensaio, a autora articula os movimentos dos trabalhadores com dois fenómenos que marcaram impressivamente a História política do século XX: as duas Guerras Mundiais e a descolonização. Acerca das duas Guerras, para a autora existem diferenças profundas entre o número de conflitos e agitações operárias nos períodos imediatamente antes e imediatamente depois das guerras. Consequentemente, a mobilização da população para empreendimentos bélicos implica a desarticulação ou cooptação de lideranças políticas e sindicais da classe trabalhadora, pelo que as lutas operárias atingiram níveis muito baixos antes das duas Guerras Mundiais. Contudo, com o finalizar das guerras a frequência absoluta de movimentações operárias eleva-se exponencialmente e assumem «um carácter ascendente e explosivo» (Silver, 2005, p.130). A descrição de Beverly Silver revela a atenção que a autora imprimiu ao seu estudo. Contudo, não se encontram grandes enunciados teóricos sobre as causas de tais diferenças: «a dinâmica das guerras mundiais tem um efeito agregador, que leva a períodos de explosão da militância trabalhista em escala mundial, tais como os dois pós-guerras» (idem, p.131). Esta afirmação ilustra a forma como essa temática foi laborada pela autora. Na realidade, não se substantiva o factor político de um modo muito claro, optando por um registo predominantemente descritivo para esta parte do estudo. A detectada tendência para a sobrevalorização do económico espelha-se igualmente no tratamento teórico ao domínio do político. A problematização das crises no campo político em Silver despreza o que Poulantzas classificou de «desestruturação da instância política» (Poulantzas, 1978), onde ao papel pivotal de condensação e coesão das estruturas de uma formação social por parte do Estado, podiam ocorrer fenómenos de desarticulação do seu aparelho interno em determinados contextos. Ora, no caso das guerras, a corrosão do aparelho de Estado surgia como motor da descondensação da modalidade de organização das várias

instâncias de uma sociedade. E do próprio Estado naturalmente. Momentos de desestruturação política que estiverem na base de alguns dos acontecimentos mais marcantes da história da classe trabalhadora na contemporaneidade: revoluções por toda a Europa em 1848, Revolução Russa de 1917, revoluções europeias de 1918 a 1921 (Alemanha, Hungria, Itália, Finlândia), fortíssimas mobilizações operárias em França e na Itália do pós-guerra, Revolução Portuguesa de 1974, etc. Portanto, este vector de mudança social não é equacionado por Silver no acolhimento que faz à relação entre as Guerras Mundiais e a intensidade de lutas operárias.. Ainda na dimensão política, destaque-se que a socióloga não dá guarida a qualquer tipo de capacidade de organização política da classe trabalhadora. No fundo, algo tão influente no recrudescimento das lutas e embates de classe em inúmeros países nos dois pós-guerra. O papel que os partidos socialistas, sociais-democratas, comunistas, progressistas e outros tiveram na vida da classe trabalhadora é pura e simplesmente passado em branco. Por conseguinte, nenhuma das experiências operárias de tomada de poder do Estado (como a Comuna de Paris de 1871 ou a Revolução de Outubro, para citar apenas duas delas), independentemente dos seus posteriores resultados, é sequer recordada pela autora num ensaio que se propõe a estudar os movimentos de trabalhadores desde 1870. Do mesmo jeito, a luta da classe trabalhadora pela democracia e contra o fascismo e/ou contra o colonialismo (Guerra Civil de Espanha, lutas operárias na Itália a partir de 1943, lutas do operariado agrícola alentejano durante todo o regime português do Estado Novo, participação de contingentes sempre minoritários, mas politicamente importantes de operários nas lutas nacionais e populares nas guerras do Vietname ou da Argélia) não cabe no quadro de Beverly Silver.

Por conseguinte, *Forças do trabalho* peca pela completa omissão da instância cultural na calibragem das lutas da classe trabalhadora, tal como denota um insuficiente tratamento do nível político na configuração da luta operária. Se a abordagem da acção popular organizada implica uma articulação entre económico, político e cultural, o seu espectro de análise pode ser enriquecido se se incluir uma noção de historicidade e de movimento histórico no seu seio. Daí que não surpreenda o subsequente trabalho *arqueológico* de recuperação de algumas formas de organização e mobilização operária. O conceito de formação da classe trabalhadora desenvolvido

por Edward Thompson assume, neste particular, uma centralidade irrecusável na nossa discussão e problematização teórica.

### **3 – Edward Thompson e a formação da classe trabalhadora**

No seu estudo clássico Edward Thompson definiu a formação da classe trabalhadora como um conjunto de dinâmicas intrínsecas à classe social, «um processo activo que deve tanto à agência como ao condicionamento» (Thompson, 1991, p.8). Basicamente, Thompson trabalha a relação dialéctica entre capacidade – histórica e contextualmente variável – de organização própria e por iniciativa da classe e os freios ao desenvolvimento da auto-organização da classe colocados pelas estruturas sociais (Estado, mercado, ideologias dominantes) e pela classe dominante. Assim, a classe não é em Thompson uma estrutura mas um processo, melhor dizendo, um conjunto articulado de práticas colectivas que perpassam os domínios económico, político e ideológico-cultural. Conjunto de práticas dotado de historicidade, tanto no que à situação social e temporal em que é produzido como no que diz respeito à sua dimensão processual. Isto é, uma mesma classe social é passível de adoptar diferentes comportamentos e acções colectivas ao longo da sua existência. De referir que cada classe tem sempre uma margem mínima e máxima para a produção e efectivação de práticas próprias – culturais e políticas – e que estas podem fornecer ou receber elementos de práticas de outras classes. Por conseguinte, a

«classe entende-se como um fenómeno histórico unificando um número de eventos aparentemente desconexos, tanto na matéria bruta da experiência como na consciência. Enfatize-se que este é um fenómeno *histórico*. Não vejo a classe como uma “estrutura”, nem mesmo como uma “categoria”, mas como algo que acontece na realidade (e que pode ser mostrado como aconteceu de facto) das relações humanas» (idem).

Temos neste último ponto uma divergência de Thompson em relação a Bourdieu que afirmava que as classes só existiam no papel. Em dois pequenos textos (“Razões práticas” e “O Poder Simbólico”) sobre a sua teoria das classes sociais, Bourdieu fundamenta que as classes são construções do investigador:

«classes teóricas, agrupamentos fictícios que só existem no papel, por uma decisão intelectual do investigador» (Bourdieu, 2001b, p.11);

«esta classe no papel tem a existência teórica que é a das teorias (...). Não é realmente uma classe, uma classe actual, no sentido de grupo e de grupo mobilizado para a luta» (Bourdieu, 2001a, p.136).

Inversamente, Thompson reitera a existência real das classes sociais. O historiador britânico não parte de um ponto de vista político ou apologético mas a partir de uma distinta concepção das classes sociais. Em Thompson, como já se mencionou, as classes são, acima de tudo, um processo. Por outras palavras, a manifestação específica de um grupo social num determinado contexto histórico e nacional não decorre, primariamente, da sua posição subalternizada na estrutura social global. Este é um elemento a considerar mas que não é prioritário em Thompson. Para este autor, é o trajecto global de uma classe numa formação social e as suas manifestações políticas e culturais específicas que importa contemplar. Estas não decorrem directa, unívoca e unilateralmente do lugar da classe nas relações sociais de produção, nas relações de propriedade mas todo esse processo é mediado pelas instâncias política e cultural. Acrescente-se, por seu turno que esse devir colectivo pode ser percebido pelo investigador e onde este pode colher elementos para discussão teórica, por exemplo, no caso deste trabalho, de propriedades estruturantes do processo histórico e de como elas interagem com a esfera cultural da própria classe. Ora, esse processo histórico é passível de apreensão cognitiva e conceptual por parte do cientista social com as ferramentas teóricas e metodológicas que este considerar mais oportunas. Contudo, a teorização não apaga a materialidade da acção colectiva da classe. Bourdieu, num texto do volume “O que falar quer dizer” afirmou que a construção das classes sociais só era possível à custa de um intenso e prolongado labor de organizações como partidos e sindicatos para converter indivíduos com as mesmas posições no espaço social numa classe. A classe teria como ponto de partida a sua enunciação discursiva por parte de outras entidades, portanto, sendo mais da ordem da construção das representações e menos da sua efectividade no real-social.

«Foi só depois de Marx e até mesmo depois da constituição de partidos capazes de impor em grande escala uma visão do mundo social organizado segundo a teoria da luta de classes, que se pode falar de classes e de luta de classes. (...) a classe ou a luta de classes é realidade na medida em que é vontade, e vontade na medida em que é realidade: as práticas e as representações políticas (e, em particular, as representações da divisão em classes) tais como se podem observar e medir num momento dado do tempo, numa sociedade que esteve exposta de modo duradouro à luta de classes são, em parte, o resultado do efeito de teoria» (Bourdieu, 1998, p.143).

É evidentemente correcto que Bourdieu traça um aspecto fundamental da formação de uma classe trabalhadora que se move, em termos tendenciais e ideais, do limite mínimo da sua estruturação e organização para o limite máximo. A classe não

é uma entidade una e abarca necessariamente um conjunto de entidades. Contudo, Bourdieu parece não considerar que a própria produção de movimentos, partidos, associações ou sindicatos decorreu de necessidades e da dinâmica da classe trabalhadora. Para dar um exemplo canónico. Marx e Engels não formularam a sua «concepção materialista da história» (Marx e Engels, 1975) e só depois é que a classe trabalhadora começou a manifestar-se política e/ou sindicalmente. O próprio Marx mostrou-se nos seus primeiros anos de trabalho intelectual um tanto ou quanto refractário dos ideais socialistas e comunistas da época. Um dos mais poderosos factores que o iria levar a abraçar tais ideais foi a luta dos tecelões da Silésia (1844), luta operária que decorreu sem a participação de uma organização social da classe com um programa ou com qualquer tipo de visão do mundo minimamente elaborada. A Liga dos Comunistas – geralmente considerada como a primeira organização internacional de comunistas e socialistas – surge como uma necessidade de organização política por parte de operários e artífices alemães emigrados em Paris e em Bruxelas. Com efeito, é a luta colectiva da classe que criará condições, por um lado, para a teorização política e/ou científica (em termos de Ciências Sociais) das suas manifestações e, por outro lado, para a sua posterior mobilização por organizações de variegado tipo. Assim, as classes sociais surgem como agrupamentos com uma espessura real e concreta na paisagem social, independentemente das observações dos investigadores sociais de qualquer corrente teórica. Na actualidade, uma luta colectiva de classe é quase impossível sem uma organização que a movimente ou, num momento mais tardio, modele uma iniciativa que começou por ser espontânea. Contudo, um facto parece-nos essencial. Sem uma predisposição mínima da classe para lutar em torno de objectivos e propostas que os seus membros considerem exequível ou justas, o papel de uma organização social ou política é inócuo. Daí que as organizações sociais e políticas da classe trabalhadora que conheceram maior notoriedade histórica tenham sido precisamente aquelas que num ou durante um período histórico se mostraram capazes de equivaler a sua táctica e a sua estratégia às aspirações concretas – mais ou menos reivindicativas, mais ou menos políticas, mais ou menos avançadas em termos de transformação social – de amplas massas populares e operárias.

Assim, a formação da classe trabalhadora emerge como um conceito central para a teoria das classes sociais. Se este conceito necessita ainda de alguma afinação e

maiores desdobramentos empíricos entre a dinâmica processual e a configuração específica das estruturas sociais e económicas, não deixa de ser sintomática sua tripla importância teórica:

1) rejeita a noção das classes sociais como «definitivas ou como um facto consumado» (Thompson, 1991, p.937);

2) impede o congelamento das práticas colectivas expressas em termos de processualidade (em rigor, as classes sociais) em instâncias estanques, rígidas e relativamente invariáveis, o que na prática significa desocultar, e não descontextualizar, os efeitos das estruturas sociais no amarrar das classes dominadas a um estado de inércia e letargia;

3) dado o carácter processual imputado às classes sociais, então a classe pode ter distintas configurações e subjectivações distintas ao longo de toda uma trajectória histórica. Nessa sequência, não faz sentido afirmar que a classe trabalhadora, por exemplo, compartilha do ponto de vista político, ideológico ou cultural A, B ou C mas que em potência, tanto pode adoptar um posicionamento político ou cultural próximo do limite máximo ou do limite mínimo conducente com a sua acção colectiva respectiva (vd. *Infra*).

#### **4 - Katznelson, formação da classe trabalhadora e a experiência de classe: limites mínimos e máximos da organização da classe trabalhadora**

Tomando como ponto de partida um conceito de classe social abrangente e multidimensional<sup>5</sup>, Ira Katznelson vai fundamentar a possibilidade de a classe trabalhadora se constituir como um agente social colectivo a partir da interligação entre a

«estrutura das relações de classe num nível macroeconómico; a experiência de vida da classe no local de trabalho e na comunidade residente; os grupos de pessoas dispostas a agir em termos de classe; e uma acção colectiva de classe» (Katznelson, 1986, p.21).

Assim, a formação da classe trabalhadora assoma como «a emergência de uma classe trabalhadora relativamente coesa, auto-consciente da sua posição na estrutura social e com vontade e capaz de agir para a modificar» (idem, p.11). No fundo, trata-se da possibilidade de a classe trabalhadora, num determinado contexto espaço-

---

<sup>5</sup> «Sugiro que a classe nas sociedades capitalistas pode ser pensada como um conceito com quatro camadas associadas: estrutura, estilos de vida, disposições e acção colectiva» (Katznelson, 1986, p.14).



temporal se constituir num sujeito histórico, independentemente dos resultados sociais e políticos atingidos. Por outro lado, quando se utiliza a expressão de sujeito histórico não se está a reivindicar um qualquer papel de missão teleológica e histórica à classe trabalhadora. De facto, ressalte-se, neste contexto, a problemática teórica da possibilidade, definida histórica e socialmente, de a classe trabalhadora se poder apresentar no palco político e social com uma actuação político-programática independente<sup>6</sup> e com uma estruturação interna de tipo colectivo.

Aristide Zolberg sintetizando as várias (e diversificadas) experiências de formação das classes trabalhadoras francesa, alemã e norte-americana, vai rejeitar uma perspectiva que atribua um carácter de estrita singularidade a cada caso nacional. Se cada caso é um caso, isso não significa que certas características processuais não têm afectado (ou possam afectar em potência) as diferentes formas da constituição da classe trabalhadora num movimento colectivo (Zolberg, 1986, p.397-455). Portanto, à abordagem historiográfica importa somar uma aproximação sociológica a esta problemática. Uma aproximação que permita retirar padrões gerais de articulação entre estrutura social e acção colectiva, entre inércia e processo, entre relações sociais relativamente invariantes e práticas sociais modificadoras (reprodutoras, re-pavimentadoras) do tecido social. Em simultâneo, Zolberg esclarece a importância de não equivaler estrutura e acção colectiva no estudo da formação da classe trabalhadora. «Se o advento do capitalismo industrial num dado país necessariamente criou condições à emergência de uma classe trabalhadora» essa estrutura económica «não determina por si só a dinâmica do desenvolvimento daquela e os resultados a que chega» (idem, p.400-401). Portanto, níveis relativamente próximos de desenvolvimento (elevado) das forças produtivas e da configuração das relações de produção em países como Inglaterra, França, Alemanha ou os EUA produziram trajectos políticos diferenciados das respectivas classes trabalhadoras. Por outro lado, o peso numérico da classe operária na população activa total não é factor com uma carga heurística relevante para a explicação da mobilização operária. O exemplo da classe trabalhadora russa das duas primeiras décadas do século XX, claramente minoritária num país camponês e semi-feudal,

---

<sup>6</sup> Variável nos maiores ou menores níveis de consciência com que os agentes têm ou não dos seus objectivos políticos.

surge como o mais forte contraponto a um raciocínio unilinear entre a percentagem de operários numa sociedade e o seu impacto político e social.

Assim, os limites máximos e mínimos em que uma classe pode movimentar-se na paisagem social são percorridos por nuances e por múltiplas condicionantes que travejam uma realidade concreta riquíssima de exemplos que se podem multiplicar quase infinitamente nas formas e nas características assumidas. Porém, a classe trabalhadora actua sempre dentro daquele campo de possibilidades marcado por uma série de propriedades estruturantes, presentes ou não, mais ou menos influentes na sua modulação histórica. Zolberg nomeia tais propriedades estruturantes de «variáveis conceptuais» (idem, p.446) onde se podem incluir, entre as mais significativas, a configuração de um regime político e a relação que estabelece com as classes dominadas, a forma de articulação das instâncias económica, política e ideológico-cultural numa determinada formação social, o posicionamento de um país no sistema internacional de Estados ou os ritmos inscritos nas conjunturas históricas.

Para além de variáveis conceptuais macro, Michelle Perrot concentra-se no estudo de experiências *meso*. Isto é, em casos históricos onde níveis de estruturação societal se conjugam com formas de organização micro da vida social como a família ou a comunidade local. «As vizinhanças, as lojas, as tavernas, os salões de dança, as lavandarias», etc. formavam «a estrutura da vida quotidiana, de sociabilidade» (Perrot, 1986, p. 87) da classe trabalhadora. Portanto, variáveis não apenas micro mas com uma pertinente carga cultural. Para Perrot é o entrelaçamento complexo e sempre alterado de variáveis conceptuais macro com o que Goffman classificou de «quadros de interacção» (Goffman, 1993, p.21) que está na base da «formação de uma identidade colectiva» (Perrot, 1986, p.92), elemento fundante da própria formação da classe trabalhadora.

Katznelson partilha e sintetiza a perspectiva de Perrot e de Zolberg num triângulo de eixos analíticos:

a) «um tem que ver com factores económicos» propriamente ditos, portanto com a «análise do desenvolvimento interno do capitalismo» (Katznelson, 1986, p.30) nas suas compartimentações estruturais (formas de extracção da mais-valia, organização da produção, peso, lugar e papel de cada sector económico na determinação das lógicas de acumulação de capital);

b) «um *cluster* centrado na sociedade. Este olha para fora dos processos de desenvolvimento capitalista e da proletarização, procurando fontes» (idem) e interconexões com os níveis de configuração da classe como a religião, a ambiência cultural ou «as variações das configurações espaciais dentro das cidades» (idem);

c) o nível estrutural do político, onde podemos encontrar

«a formação do Estado-Nação, o impacto de um acontecimento político relevante, a extensão e a natureza da burocratização do Estado, a capacidade do Estado para recolher impostos ou para reprimir, questões constitucionais como o federalismo ou a organização do regime e o conteúdo das várias políticas públicas, como a lei laboral, por exemplo» (idem, p.31).

Assim, a formação da classe trabalhadora corresponde a um processo altamente complexo onde interactuam, articulam e conflituam factores da mais variada ordem. Todavia, parece-nos que há uma ênfase excessiva no peso destas variáveis conceptuais. Não rejeitamos o seu papel determinante nem as formulações respectivas, mas consideramos que a perspectiva enunciada pelos vários autores supracitados parte do pressuposto de que a formação da classe decorre tão-somente do arranjo – mutável de caso para caso nacional – entre essas propriedades. Do nosso ponto de vista, importa atender igualmente à própria capacidade que a classe trabalhadora teve (e tem) de secretar o seu saber e fazer performativo, bem como das suas organizações sociais, políticas e culturais. Estamos em crer que é o cruzamento das variáveis conceptuais enunciadas acima com a autonomia relativa da classe nas esferas cultural e política que pode fecundar uma perspectiva mais heurística do estudo dos fenómenos de formação da classe trabalhadora.

Ao mesmo tempo, importa acrescentar que a classe trabalhadora não actua na tessitura sócio-histórica aleatoriamente. Antes existem, constantemente, limites mínimos e máximos para a sua projecção social e política. Limites naturalmente condicionados pelos vários eixos aludidos por Perrot, Zolberg e Katznelson mas também pelos que enunciamos no parágrafo anterior. Assim, a classe trabalhadora se existem limites mínimos e máximos à actuação da classe trabalhadora, esta não é, em essência, nem revolucionária nem conservadora. Pelo contrário, é conservadora quanto mais próxima do limite mínimo e revolucionária quanto mais próxima de se estruturar como um agente colectivo com uma linha política e uma produção cultural autónomas. Clarificando, o limite mínimo para a actuação social e política da classe trabalhadora constitui-se, na prática, como o que poderemos chamar de grau mínimo de organização interna da mesma. O mesmo é dizer que quando esta apenas se

reporta, no campo económico, à produção e circulação da mais-valia deixando, portanto, de ter uma organicidade e coesão interna entre os seus membros. Este grau/limite mínimo aponta para um estado de desagregação interna da classe, com amplas consequências, por exemplo, em baixas taxas de sindicalização, na construção de programas políticos ou reivindicativos circunscritos a questões sociais e laborais momentâneas ou na desintegração de partidos políticos de orientação socialista ou socializante. Em suma, o limite mínimo de organização da classe trabalhadora é, em termos ideais e meramente hipotéticos, o equivalente a um total estado de atomização da classe trabalhadora. Inversamente, o grau máximo de organização e mobilização da classe trabalhadora – tomada aqui como o conjunto dos trabalhadores assalariados – coaduna-se com um arquétipo onde essa classe social evidenciaria um nível de profusão de entidades organizacionais próprias, a definição de uma vertente programática política e social independente do veiculado pela classe dominante e do Estado, a capacidade para se mobilizar colectivamente de forma mais ou menos regular e com uma identificação colectiva muito forte entre os vários agentes sociais dessa classe. Assim, o limite máximo de organização da classe trabalhadora resumiria um estado de independência política, ideológica e organizacional relativamente às classes dominantes e às suas instituições de poder. Em última análise, tal estado de organização apontaria para a possibilidade de a própria classe trabalhadora afrontar abertamente o poder político e económico dominantes, concorrendo para se tornar na classe social capaz de induzir novas lógicas de organização societal.

Tanto o limite mínimo como o limite máximo de organização da classe trabalhadora subscrevem uma abordagem hipotética, na medida em que surgem como dois pólos antagónicos, dentro dos quais as possibilidades reais e concretas de efectivação de práticas sociais e políticas daquela classe se desenrolam. Na verdade, ambos os limites do campo de actuação da classe trabalhadora raramente são tocados na concreção do real-social da classe. A generalidade dos processos históricos desencadeados por essa classe situa-se precisamente entre os dois pólos, independentemente da maior ou menor proximidade com um deles, em diferentes momentos históricos. O limite mínimo é, em certa medida, ainda mais raro e quase uma impossibilidade histórica na medida em que a sua concretização significaria, na prática, uma total ausência de sindicatos e de organizações sociais e políticas

operárias, por mais pequenas que fossem. Ao mesmo tempo, isso seria sinónimo de uma completa inexistência de contestação – individual e colectiva – dos assalariados, algo inexistente mesmo nas sociedades mais conformistas. Por seu turno, se o limite máximo é um horizonte de organização e de consciencialização social e política da classe difícil de atingir – quanto mais não seja porque, em termos teóricos, implicaria uma quase total liberdade de manobra e de produção ideológica dessa classe, quando, de facto, as várias classes sociais condicionam-se entre si, apesar da sua maior ou menor força social num determinado momento histórico – a verdade é que as tentativas históricas que a classe trabalhadora empreendeu na contemporaneidade (Comuna de Paris de 1871, Revolução Russa de 1917, lutas operárias em Itália e França em 1968 e 69, iniciativa da Unidade Popular no Chile em 1973, Revolução Portuguesa de 1975/75, etc.) aproximaram-se, nuns casos mais, noutros menos, do referido limite máximo de organização. O desfecho dessas experiências – onde nenhuma perdura hoje em dia – apenas demonstra precisamente o hiato que continua a existir entre a efectivação concreta das dinâmicas colectivas da classe trabalhadora e as suas possibilidades de actuação em termos ideais. Por outro lado, o facto de não terem sido alcançadas ou ainda mais aproximadas do seu limite máximo de organização, não quer dizer que essa possibilidade histórica esteja liminarmente descartada. Pelo contrário, esse é um claro desafio para os futuros e prováveis processos de formação das classes trabalhadoras da actualidade.

Num outro patamar de problematização, dada a possibilidade – nunca confundir com inevitabilidade – histórica de a classe trabalhadora se constituir em agente colectivo relativamente autónomo, o papel da sua organização e mobilização a partir de entidades de classe – sindicatos, partidos<sup>7</sup> – ganha especial relevo. Se estas entidades, quanto mais próxima a classe estiver do limite mínimo, decidem pouco da transformação de uma massa amorfa de indivíduos que não se identificam com a (ou

---

<sup>7</sup> As lutas operárias que inscreveram sulcos mais profundos e duradouros nas estruturas sociais consubstanciaram regularmente a articulação entre luta política e luta reivindicativa. Por outras palavras, lutas e movimentações operárias e populares dirigidas contra executivos governamentais e/ou o aparelho de Estado e, ao mesmo tempo, lutas sindicais orientadas para a melhoria das condições de vida e de trabalho. Com efeito, os partidos operários – ou que, pelo menos, assim se designavam – eram, por um lado, constituídos por uma parte minoritária da classe trabalhadora (geralmente e/ou auto-nomeada como a mais combativa e a mais vinculada a acções protestativas da classe) e, por outro lado, actuavam na cena especificamente política. Ao invés, os sindicatos operavam na esfera das reivindicações laborais e na defesa de interesses com um cariz mais imediato. Os sindicatos têm uma vertente mais aberta onde se procura integrar contingentes o mais vastos possíveis da classe trabalhadora, de um determinado sector profissional da classe trabalhadora.

como) classe trabalhadora, elas desempenham papéis mais determinantes quando a classe se constitui em sujeito colectivo. Não esquecer, contudo, o papel das organizações de classe na transformação da classe trabalhadora em força social e política. Se sindicatos, partidos ou outros movimentos sociais de cariz popular/operário não conseguem, por si só e num curto espaço de tempo, transformar amplas camadas fragmentadas e despolitizadas da classe trabalhadora num sujeito colectivo mobilizado socialmente, são essas entidades que permitem manter um certo nível de organização e de mobilização moleculares em camadas – minoritárias – dessa classe social. Portanto, a atribuição de um papel menos determinante nos processos históricos por parte dessas organizações em períodos onde a classe trabalhadora se aproxima do seu limite mínimo de organização, tem que ver somente com o seu menor peso na indução/propulsão de novas dinâmicas colectivas. Para uma possível organização futura da classe trabalhadora, essas entidades detêm inequivocamente o mesmo *grau/intensidade* de importância em diferentes períodos históricos. Naturalmente, a sua *substância* e a sua localização alteram-se no seio nos processos de formação<sup>8</sup> da classe trabalhadora e de mobilização colectiva desta classe.

##### **5 – Hagen Koo e o estudo da formação da classe trabalhadora sul-coreana: uma aplicação empírica da grelha conceptual acerca da formação da classe trabalhadora**

Num importante ensaio sobre a classe operária alemã, Jurgen Kocka enuncia um princípio categórico nuclear para a compreensão da formação das classes trabalhadoras em agentes colectivos históricos: «as classes estão sempre num processo de aparecimento e de desaparecimento, de evolução ou involução» (Kocka, 1986, p.283). Assim, a classe trabalhadora não é um *a priori* identitário e colectivo constituído *ad eternum* nem uma impossibilidade real. Assumindo este enunciado, Hagen Koo (Koo, 2001) vai aplicar a grelha teórica da formação da classe

---

<sup>8</sup> O deflagrar dos processos de formação da classe trabalhadora passa também por crises na formação social como um todo, no Estado (1917) ou num regime (exemplo, Portugal em 1974). Ou seja, a desestruturação das instâncias política, social e económica, quer dizer, a desfragmentação do papel unificador do conjunto da sociedade pelo Estado – aspecto negligenciado por Thompson – é um factor potenciador de lançar a classe trabalhadora para a frente da cena política, permitindo-lhe tomar a iniciativa na determinação da condução do processo político, independentemente das balizas estruturais em que uma crise social e política ocorre.

trabalhadora ao caso sul-coreano. Koo vai começar por resenhar os três factores que mais contribuíram para o surgimento de uma pujante e numerosa classe operária industrial sul-coreana nas décadas de 60 e 70. Ressalve-se que nos anos 80 e 90, essa classe trabalhadora proveniente dos campos do interior da península coreana e com uma cultura confucionista (e conformista) impregnada, tornar-se-ia uma das mais combativas forças sociais de todo o continente asiático. Dentro dos três factores que mais contribuíram para o desenvolvimento da classe trabalhadora como uma classe com interesses reivindicativos próprios destaque-se, em primeiro lugar, «o trabalho despótico e extremamente abusivo nas fábricas» sul-coreanas. «Os operários sentiram um forte sentido de injustiça e foram ganhando um intenso ressentimento em relação ao despotismo da administração» (Koo, 2001, p.16). Em segundo lugar, ocorreu em simultâneo «um rápido crescimento do número de operários e a sua concentração espacial em alguns centros industriais» (idem), bem como se foi desenhando o aparecimento de organizações políticas e sociais (religiosas e de estudantes) que começaram a actuar junto desses trabalhadores. Em terceiro lugar, as zonas residenciais em volta das novas indústrias eram «comunidades da classe trabalhadora em torno das cinturas industriais» que «fez com que esses proletários a tempo inteiro», portanto, já não mais ligados a qualquer tipo de trabalho fora da fábrica e sem outro recurso económico que não fosse a sua força de trabalho, «percebessem que estavam condenados ao trabalho assalariado para o resto das suas vidas» (idem, p.17). Todo este invólucro societal iria forjar a formação da classe trabalhadora sul-coreana. Ao mesmo tempo, o facto de a Coreia do Sul ter vivido num regime ditatorial até à data contribuiu, entre outros aspectos, para reforçar a organização despótica nas unidades industriais, bem com a expandir essa coerção violenta para a restante esfera da vida social. Os níveis estruturais do político e do económico encontram-se neste vértice da actividade social.

O desenvolvimento industrial que iria colocar a Coreia do Sul no seio dos Tigres Asiáticos e através do qual este país apareceria perante o resto do mundo como um exemplo de inovação tecnológica e de empreendedorismo empresarial, era, na realidade, produto de todo um bem organizado sistema de organização da força de trabalho. O mesmo é dizer, de um extremamente eficaz sistema de extracção de mais-valia que não se coibia de recorrer a formas particularmente ferozes e despóticas de organização do trabalho. Em termos de horário semanal, os dados

recolhidos pelo autor do Ministério do Trabalho sul-coreano são elucidativos. De 1980 a 1986 a média horária semanal andou sempre entre as 53 e as 55 horas (idem, p.49). Só com o desenrolar de fortes mobilizações e contestações operárias na segunda metade da década, com particular destaque para «o que iria ficar conhecida como Grande Luta Operária de 1987» (idem), é que o horário semanal irá baixar gradualmente, chegando às 50 horas em 1990. Koo recolhe ainda dados do Instituto Coreano de Estatística e mostra como o avanço da industrialização resultou directamente num aumento do número de acidentes de trabalho e mesmo de vítimas mortais. Se em 1970 foram registadas 37752 feridos, 639 mortes e mais de 35 mil acidentes de trabalho, em 1980 o número é francamente superior em todos os parâmetros. Respectivamente, 113375 feridos, 1273 mortos e 112111 acidentes de trabalho. Em 1990 a situação é ainda pior. Mais de 130 mil feridos em acidentes de trabalho e 2236 mortes (idem, p.55). Sintomaticamente, as condições precárias e extenuantes encontradas relacionavam-se intimamente com

«um mercado de trabalho e baixos salários o que fazia com que muitos operários coreanos mudassem frequentemente de emprego. O mercado de emprego nos anos 70 e 80 era extremamente fluido e dinâmico, com novos empregos a serem criados pelo rápido crescimento económico» (idem, p.60).

Portanto, o despotismo nas relações de trabalho convive, no caso coreano, de forma saudável com os princípios neoliberais do mercado livre e da flexibilidade laboral e contratual. Todos estes dados ilustram o rolo compressor da industrialização sul-coreana sobre a classe trabalhadora. Ao mesmo tempo, esse rolo compressor foi ritmado ao som de um incremento da intensidade do trabalho e da aplicação de «regimes despóticos» (Burawoy, 1982) na fábrica e fora dela.

«Os operários, tanto trabalhassem em pequenas fábricas ou em grandes conglomerados eram minuciosamente controlados nos domínios privados das suas vidas, incluindo roupas, penteados, relações interpessoais e mesmo no uso da casa de banho» (Koo, 2001, p.64).

Nas palavras de um trabalhador citado por Hagen Koo,

«das vinte e quatro horas do dia, tenho de despender a maior parte das minhas horas de não-sono na fábrica. Cerca de dez a doze horas. No tempo restante, todas as coisas que eu faço, como comer, lavar as meias, e mesmo dormir, são apenas uma preparação para voltar para a fábrica no dia seguinte. Isto é como um porco que come e fica gordo para dar o seu corpo ao seu proprietário, nós comemos para trabalhar, nós dormimos para trabalhar...» (idem, p. 54).

Segundo um outro operário, «quando todo o óleo for espremido dos nossos corpos, seremos jogados fora como lixo» (idem, p.56). Encontra-se nos discursos destes operários uma descrição da sua vida destinada para a produção, bem como uma consciência aguda do carácter descartável do trabalho assalariado. Em jeito de



parêntesis, lembre-se que Marx ainda não tinha desenvolvido detida e aprofundadamente os seus estudos sobre a economia capitalista e já definia em 1848 a classe trabalhadora como

«na mesma medida em que se desenvolve a burguesia, isto é, o capital, desenvolve-se também o proletariado, a classe dos modernos trabalhadores, os quais *só vivem enquanto têm trabalho e só têm trabalho enquanto o seu trabalho aumentar o capital*» (Marx e Engels, 1975, p.64) [itálicos nossos].

Esta definição de Marx aplica-se perfeitamente à situação dos operários sul-coreanos das décadas de 60 a 90 (período de tempo contemplado no estudo de Koo). Por outro lado, esta conexão entre o conceito marxiano de classe trabalhadora e a realidade factível na Coreia do Sul, serve para mostrar como para lá de todos os discursos sobre a competitividade global e do mercado livre, e para lá de todas as novas manifestações e reorganizações do sistema económico e social capitalista persiste a exploração da força de trabalho, condição *sine qua non* para a «reprodução da ordem social metabólica» (Meszaros, 2002, p.94) contemporânea. Toda a dinâmica estrutural aqui expressa inscrevia-se no *habitus* (Bourdieu, 2002, p.167) dos operários sul-coreanos, criando disposições de conformismo e de resignação, pelo menos numa fase inicial (décadas de 60 e 70). Ao contrário das visões que vêem no conformismo dos trabalhadores do Extremo Oriente o resultado de uma mistura entre o lastro de passividade impresso pelo confucionismo nas suas múltiplas variantes e o empenho livre e consentido dos operários no seu próprio desempenho profissional, prevalecendo sobre a família na escala das suas prioridades de vida, Koo defende a tese que os trabalhadores sul-coreanos (frequentemente colocados no mesmo patamar dos seus colegas japoneses) «não têm necessariamente uma forte ética de trabalho ou um forte comprometimento com o emprego, mas uma ética profundamente marcada de auto-sacrifício pela família» (Koo, 2001, p.61). No fundo, o empenho embrenhado do operário sul-coreano no trabalho seria, para Koo, não o resultado da adopção plena de uma ética de trabalho de colaboração passiva com a empresa, mas a consciência que um bom desempenho profissional era a única forma de garantir a sobrevivência económica da sua família.

Todo este ambiente claustrofóbico iria ser confrontado pela classe trabalhadora sul-coreana a partir de pequenas lutas reivindicativas e isoladas em cada unidade industrial na década de 70. Impedidos de organizar sindicatos, essas pequenas lutas reivindicativas chamaram a atenção de pequenos grupos religiosos e de grupos de estudantes universitários partidários de diversas correntes marxistas e

socialistas. Ambos os tipos de grupos começaram a actuar junto dos operários dando cursos de alfabetização e de formação política. Uma década de pequenas lutas específicas e de educação política e académica informal permitiram ir forjando quadros sindicais clandestinos. Estes iriam alçandor-se a organizadores e dirigentes das lutas operárias que marcaram a paisagem social coreana das décadas de 80 e 90 e que iriam contribuir para a queda da ditadura. A KCTU (Confederação Sindical dos Trabalhadores Sul-Coreanos), fundada em 1990, seria um resultado dessa década de agudas lutas sindicais.

A passagem de uma classe trabalhadora passiva e desorganizada (chamada depreciativamente pelos *media* e pela classe dominante sul-coreana de *kongdoli*, mas aceite por boa parte dos trabalhadores; em português: trabalhador “parolo”) a uma classe com estruturas sindicais próprias e com uma ampla base social militante e de simpatizantes não foi um processo automático, mas incluiu a articulação de vários factores. De facto, se em 1970 os trabalhadores sul-coreanos eram percebidos pela sociedade como *kongdoli*, no início da década de 90 seriam muitos os que orgulhosamente se afirmariam como trabalhadores, como *nodongja*.

«Antigamente eu detestava-me por ser trabalhador e tinha medo de ser percebido pelos outros como trabalhador. Mas hoje [1986, nota nossa] eu tenho confiança em dizer aos outros “eu sou um trabalhador”. E agora tenho orgulho e um sentimento de satisfação por ser um membro respeitável da sociedade como trabalhador [*nodongja*]» (operário citado por Koo, 2001, p.126).

A baixa condição social e de *status* dos operários industriais sul-coreanos e o desprestígio do trabalho manual eram, de certa maneira, contrariados pelo ascenso da luta operária e sindical dos anos 80 e 90. Este ascenso seria fruto de um conjunto de razões:

a) o *han* (sentimento de injustiça, em português). Na excelente descrição de Koo o *han* consiste numa assunção de uma condição precária e sentida como iníqua pelos operários. A solidariedade do *han* foi sendo construída não só nas fábricas mas, especialmente, nas comunidades operárias e através da disseminação dos vários grupos de trabalho político e educacional de origem religiosa progressista e estudantil.

«O *han* não é certamente uma linguagem de classe. Ele não envolve um conhecimento da natureza estruturada das desigualdades sociais ou a realização de um interesse comum dos trabalhadores em oposição ao capital. No entanto é uma linguagem moral que eleva o conhecimento da injustiça e o espírito de resistência. Por outras palavras, o *han* é a linguagem da resistência, já que o *han* não pode ocorrer quando alguém aceita uma dada situação como natural ou moralmente aceitável. Dentro da percepção do *han* mora um espírito igualitário e de resistência à ordem

social hierárquica que perdeu muita da sua legitimidade histórica. A linguagem tende a intensificar sentimentos de opressão e a promover fortes sentimentos de afinidade entre pessoas que sofrem as mesmas experiências. Assim, apesar de o *han* não ser uma linguagem de classe, ele pode promover um conhecimento da classe de si mesma através da sua sensibilidade para a injustiça social» (idem, p.137).

b) A linguagem de classe. Com o decorrer das lutas operárias na década de 80 e com a sua amplificação, quer dizer, com a junção de camadas e grupos de operários de todo o país, rompendo com o unilateralismo e o isolacionismo inerentes às lutas específicas de cada luta, os sindicatos clandestinos e semi-clandestinos veicularam cada vez mais discursos com uma componente de classe mais acentuada. Ao mesmo tempo, as «*experiências retiradas de muitas lutas colectivas*» (idem, p.142) [itálicos nossos] abriram espaço para um afinamento da auto-consciência e auto-identificação dos trabalhadores sul-coreanos como *nodongja*. A luta colectiva funciona num segundo momento como o mais importante factor de aprendizagem política dos trabalhadores e como o mais poderoso efeito agregador e potenciador de solidariedade entre a classe trabalhadora. «Apesar de sermos fracos como indivíduos, podemos ultrapassar tudo se estivermos unidos» (operário citado em Koo, 2001, p.142). Esta crença na força do colectivo é um elemento constante nos processos de formação da classe trabalhadora, quando esta se alça a força social presente e pujante na cena social e política.

c) O *minjung* (povo, em português). Este termo foi inventado pelas forças sindicais e políticas oposicionistas ao regime ditatorial na década de 80 e pretendia funcionar como uma grande plataforma com um significado mais político. Em primeiro lugar, formulou-se politicamente um conceito de povo como forma de «articular os problemas e unificar as várias lutas de estudantes, trabalhadores, camponeses, pobres da cidade, jornalistas, escritores» (idem, p.143). Posteriormente, com a constituição de uma grande aliança social centrada na classe operária como principal veículo de contestação ao regime, mostra a passagem da luta da classe trabalhadora para um nível político. Assim, a reivindicação por melhores condições de trabalho, melhores salários e outros direitos económicos e sociais dá as mãos à luta pela instauração de um regime democrático, à luta política propriamente dita.

d) a cultura popular. A situação de censura e de ausência de liberdade artística em que grande parte dos escritores e artistas sul-coreanos viviam na ditadura ajudou à partilha de afinidades políticas com o movimento operário e sindical. Despojados de um peso social e de uma cultura organizativa de massas que lhes permitisse

confrontar o regime ditatorial, largas centenas de intelectuais e artistas sul-coreanos começaram a militar em organizações operárias, nomeadamente em secções culturais dos sindicatos clandestinos e nas comunidades operárias e seus grupos recreativos. Funcionaram assim como «intelectuais orgânicos» (Gramsci, 1979, p.25) do movimento operário sul-coreano, produzindo para este «poemas, canções, peças de teatro e jornais» (Koo, 2001, p.148). O caso sul-coreano é extremamente interessante do ponto de vista cultural, na medida em que está quase ausente o saber e fazer performativo da classe trabalhadora. Esse papel, pelas especificidades históricas daquele país, acabou por ser desempenhado pelos intelectuais e artistas. Da parte da classe trabalhadora, o estudo de Hagen Koo descreve apenas duas manifestações com alguma presença nas comunidades operárias: grupos de *pungmul* (grupos de dança folclórica de origem camponesa) e a *talchum* (dança de máscaras). De resto, a produção de objectos (materiais e imateriais) simbólico-culturais eram raros entre os trabalhadores. Contudo, não esqueçamos as fortes sociabilidades grupais e de entretenimento nos espaços de residência operários que forjaram não apenas o *han* mas também uma unidade de classe, elementos que se revelaram de capital importância para as lutas operárias de grande escopo das décadas de 80 e 90.

Portanto, a transformação operada pela classe num tão curto espaço de tempo reflectir-se-ia em todos os planos da vida quotidiana operária: na fábrica, na redução da carga horária, na conquista de direitos sociais, na consciência de classe, na própria auto-classificação dos agentes sociais da sua condição social e de classe. A formação da classe trabalhadora é, deste modo, um processo social no mais amplo sentido do termo. Ou seja, consiste num entrelaçar de vectores económicos, políticos, culturais, simbólicos, sociabilitários, linguísticos. A classe social, conceptualizada a partir da categoria de formação da classe trabalhadora, surge com uma heurística renovada, despojada de cargas economicistas. Portanto, vestida com roupagens onde se intersectam padrões e tessituras de diferentes texturas e espessuras. Em termos políticos, as grandes iniciativas da classe trabalhadora sul-coreana estão patentes: na criação de uma central sindical com mais de um milhão e meio de inscritos (tendo chegado muito perto dos dois milhões em 1989) ao longo de toda a década de 90 (Koo, 2001, p.159); na Grande Ofensiva Operária de 1987 que resultou em cerca de 3700 actos de manifestação operária (greves, manifestações de rua, etc.) e que permitiu obter aumentos salariais na ordem dos 20 a 30 por cento (idem, p.158); em grandes

manifestações de rua com mais de um milhão de participantes em Seul, capital do país; na difusão de organismos sindicais legais por todas as grandes fábricas do país; na estabilização de um operariado coeso e capaz de se mobilizar facilmente em torno dos seus interesses reivindicativos.

Todavia, a formação da classe trabalhadora sul-coreana expressou-se com maior vigor no plano sindical e económico. Por outras palavras, como uma classe consciente dos seus interesses imediatos e a médio prazo. Do ponto de vista do poder político propriamente dito, não conseguiu formar uma organização política com uma linha independente do Estado, nem nunca colocou como seu objectivo tornar-se em classe detentora do poder de Estado. Temos assim uma classe trabalhadora com uma forte componente reivindicativa, com uma pujante identidade de classe, mas sem um programa político que vá além de reformas parciais do sistema político fora da área social e do trabalho. A conjuntura histórica também mostra que muito mais não era possível, bem como é questionável que a classe trabalhadora tivesse forças, recursos e instrumentos (organizativos, políticos e outros) que a pudessem aproximar do limite máximo de actuação possível a uma classe dominada.

## **6 - A classe trabalhadora: um retrato pincelado do seu estado actual de fragmentação**

A epígrafe deste capítulo da autoria de Percy Shelley, poeta britânico do Romantismo e marido da, ainda mais famosa, autora de *Frankenstein*, evidencia uma das faces do polígono que forma a luta popular: a sua mobilização colectiva e agregada em torno de objectivos comuns e específicos; a consciência da maioria da sociedade – os trabalhadores – como antagonistas da minoria da sociedade – a classe dominante. Se as possibilidades de actuação de uma classe social têm margens de liberdade – e, naturalmente, de condicionamento – e se tal puder ser representado, em termos expositivos, como uma pirâmide, então o que Shelley invoca ainda no início do século XIX representaria algo que estaria muito próximo do vértice daquela. Na base do polígono estaria naturalmente o estado que, quantitativamente, representa a maior fatia de tempo em que se encontram as classes dominadas: uma forte inércia política e uma dificuldade na construção de organizações políticas, culturais e sindicais. Dificuldade não apenas na existência e sobrevivência de sindicatos, partidos políticos e associações recreativas da classe mas também

dificuldades da parte destas para adoptarem uma linha programática e uma acção conducente com objectivos autónomos da classe no plano social, económico, político e cultural.

Desde meados das décadas de 70 e 80 a situação da generalidade das classes trabalhadoras de todo o mundo tem sido marcada por um estado de fragmentação e por uma incapacidade de passarem à ofensiva no terreno social e político. Kim Moody num importante estudo publicado com grande repercussão nos meios académicos anglo-saxónicos descreve toda essa configuração social e política da classe trabalhadora na actualidade:

«a sua paralisia em face da reestruturação industrial global; as suas dificuldades em captar ou mesmo influenciar as suas próprias organizações; a sua desorientação face às recomposições raciais, étnicas e de género no seu interior; a sua degradação no seio da competição selvagem [*dog-eat-dog* no original, nota nossa] no mercado mundial» (Moody, 1997, p.1).

Como acrescenta o mesmo autor a questão teórica não é tanto o desaparecimento da classe trabalhadora (Pakulski e Waters, 1993) mas o seu recuo reivindicativo e o seu papel social como voz colectiva supra-individual: «a classe trabalhadora nunca desapareceu; ela é a vasta maioria das sociedades mais avançadas» (Moody, 1997, p.1) independentemente das suas reconfigurações nos serviços ou noutros ramos de actividade. Por outro lado, há que contar que mesmo quando ocorrem lutas de alguma envergadura, elas passam «frequentemente nos *media* sem cobertura noticiosa, os mesmos *media* que estruturam» boa parte da «nossa percepção da sociedade» (idem). Este último enunciado de Moody parece ser correcto. Os *media* de massas têm, evidentemente, uma forte repercussão na moldagem ideológica e na percepção que as populações têm do mundo social. Num tempo em que as publicações operárias escasseiam – paradoxalmente com o século XIX, por exemplo, onde apesar do superior analfabetismo a imprensa operária era muito mais diversificada e com um bastante maior impacto cultural na classe – boa parte das informações que as várias camadas de trabalhadores recebem de lutas operárias e populares do resto do mundo passam necessariamente pelo crivo dos *media* dominantes. Tal facto tem importância no ocultamento de lutas, reivindicações e mesmo condições de vida<sup>9</sup> que se vão desenrolando um pouco por todo o planeta.

---

<sup>9</sup> Kevin Bales contabiliza 27 milhões de escravos em todo o mundo onde «talvez entre 15 e 20 milhões se encontram na Índia, no Paquistão, no Bangladesh e no Nepal». Na generalidade, «esses escravos tendem a ser usados no trabalho simples, não tecnológico e tradicional. O maior grupo trabalha na

Todavia, isso não é suficiente para explicar porque a classe trabalhadora, de um modo geral, se encontra desmobilizada e fragmentada.

Neste ponto é de nosso interesse descrever o limite mínimo de organização da classe trabalhadora. Utilizando a situação mundial actual como exemplo, Kim Moody, mais uma vez, vai incidir a sua análise na competição intra-operária como o motor mais potente de desagregação da classe. Esta é, em primeiro lugar, decurso da própria dinâmica dual da acumulação de capital à escala internacional: «uma vasta massa empobrecida na periferia não apenas pressiona os salários do Sul para baixar como é fonte de uma competição que afecta trabalhadores do Norte» (Moody, 1997, p.64). No fundo, a deslocalização das cadeias produtivas em busca de uma força de trabalho barata, desorganizada política e sindicalmente e com muito poucos direitos laborais consegue pela primeira vez da história do capitalismo colocar massas de milhões de trabalhadores de distantes pontos do planeta em concorrência directa por um posto de trabalho. Este é o drama, nunca resolvido até hoje, da articulação internacional das organizações operárias. Apesar da comunhão de uma pertença de classe similar a milhões de sujeitos, a organização capitalista dos processos de produção, não apenas na fábrica mas também expressa num plano territorial, tem conseguido, na maioria das vezes, colocar trabalhadores contra trabalhadores, recrudescendo sentimentos nacionalistas e mesmo racistas e xenófobos. Daí que, quando num estado de desagregação social e organizativo, a classe trabalhadora se encontre perante o desafio que Moody argumentamente classificou de «todos fragmentados, explorados em conjunto» (idem, p.143), em português. Esta tendência é imanente à estrutura do «sistema metabólico do capital» (Meszaros, 2002, p.94-132). Voltando ainda a Moody, observe-se, como afirma o autor, que

«mesmo quando a competição apenas afecta uma minoria de trabalhadores num dado período de tempo, a ansiedade dos trabalhadores no mercado de trabalho com largo número de desempregados, subempregados e de novos agentes que entram (mulheres, jovens, imigrantes) é sentido» como potencial ameaçador «pela classe trabalhadora empregada» (Moody, 1997, p.154).

---

agricultura. Mas os escravos são usados em muitos outros tipos de trabalhos: fabrico de tijolos, minas e pedreiras, prostituição, lapidação de pedras e fabrico de jóias, fabrico de tecidos» (Bales, 2001, p.18-19). A importância do trabalho escravo para a economia mundial não parece ser muito significativo à primeira vista. Todavia, a sua contribuição indirecta assume outras proporções. «Por exemplo, o carvão produzido pelo trabalho escravo é fundamental para produzir aço no Brasil. Muito desse aço é depois transformado em automóveis, peças de automóveis, e outros artigos de metal. A escravidão faz baixar os custos de produção da fábrica; essas poupanças podem ser transmitidas em sentido ascendente na corrente económica, atingindo finalmente as lojas da Europa e da América do Norte» (idem, p.36).

Desse modo, o que é uma inerência do sistema económico – a criação de uma força de trabalho internacional com segmentos passíveis de se irem revezando na sua própria utilização como factores produtivos na cadeia internacional produtora de valor – acaba por ser acompanhada por sentimentos de temor, receio e desconfiança. O outro trabalhador passa a ser visto como um possível captador de empregos. O desempenho de uma tarefa profissional passa a ser perspectivada como se de um bem escasso se tratasse ao qual tudo valeria a pena fazer para o assegurar – aceitar baixas remunerações, aumento da carga horária e de todo o tipo de sujeições e de restrições de direitos sociais. Desta forma, a dinâmica económica do capitalismo consegue, por si só, relembramos, nos contextos de desagregação orgânica da classe trabalhadora no seu todo, colocar o individualismo e uma noção de primado do agente singularmente tomado sobre o colectivo como princípios ideológicos de orientação comportamental e axiológica dos trabalhadores. Nestas condições, a organização colectiva da classe trabalhadora, especialmente junto dos jovens trabalhadores, tem imensas dificuldades. A equiparação conceptual entre dificuldade e impossibilidade parece estar na base de raciocínios contrários à existência de uma classe trabalhadora passível de se unificar como uma entidade colectiva com interesses gerais e fundamentais partilhados. Para Glucksmann «as novas formas de luta operária rompem a unidade factícia de todos os trabalhadores, cada vez mais na prática, mas também cada vez mais conscientemente» (Glucksmann, 1977, p.89). Para este autor, a penetração de sentimentos corporativos ou de sector, contra uma pretérita consciência de uma classe trabalhadora unificada contra o capital, significaria uma impossibilidade efectiva, em termos históricos, para que a classe trabalhadora se constituísse como um sujeito social colectivo e histórico. Um ponto de vista esquecido por este autor comum na sua generalidade a todos os que propugnam (pel) o enterro político da classe trabalhadora (Gorz, 2005; Negri e Lazzarato, 2001), tem que ver com a dimensão de processualidade inscrita na constituição histórica e estrutural das classes sociais. Nem a classe dominante é a mesma da burguesia industrial e partidária do laissez-faire do século XIX, nem a classe trabalhadora é a mesma que trabalhava na esteira típica do fordismo, tão bem retratada por Charles Chaplin no filme *Tempos Modernos*. Em simultâneo, não há aqui qualquer utopismo ou nostalgia por um mundo social do passado. Argumentos como os de Glucksmann, para além de confundirem dificuldades de organização e coesão da classe



trabalhadora, partem do pressuposto de que no passado a classe operária industrial seria um todo homogéneo e perpassada por um sentimento revolucionário partilhado por todos os seus membros. Se tal fosse verdade, muito provavelmente, hoje nem sequer se estaria a discutir este assunto e a ordem do capital pertenceria ao passado. Na verdade, este problema da superação das divisões e cisões internas na classe trabalhadora não é um facto novo. As suas modulações são notoriamente distintas e com desafios evidentemente novos, sobretudo, quando hoje a formação de uma massa assalariada internacional é uma realidade existente com a sua própria segmentação entre trabalhadores efectivos e precários, trabalhadores nativos e imigrantes, trabalhadores de diferentes países, e de diferentes regiões, trabalhadores da administração estatal e do sector privado, trabalhadores com mais anos de actividade e jovens à procura do primeiro emprego. Colocando a questão da mobilização operária em termos da sua possível efectividade concreta, esta tanto pode aparecer na cena social e política como um agente social com objectivos comuns de transformação social, como pode ser uma massa disforme de indivíduos atomizados e competidores entre si, existindo, no limite, apenas uma classe trabalhadora enquanto uma expressão da função social e económica do sistema produtor de mercadorias: a produção e circulação de valor dentro da cadeia económica global. Estes são, respectivamente, os limites máximos e mínimos de actuação da classe trabalhadora no tabuleiro social e devem ser considerados como condições históricas indispensáveis para a compreensão dos movimentos ascendentes e descendentes da classe. Limites marcados pela organização específica das estruturas económica, política e ideológico-cultural num determinado período de tempo, mas também pela maior ou menor capacidade com que as classes dominantes conseguem impor os seus interesses subjectivos e objectivos. Estas duas macro-variáveis dialogam entre si e funcionam complementarmente uma em relação à outra.

Para terminar esta secção, recordemos as palavras de Moody:

«Uma união ou identidade de classe, quando surge, é uma necessidade real material que junta as pessoas. Se as bases institucionais do sexismo, racismo, etc. não são superadas, esta unidade pode colapsar muito mais rapidamente do que demorou a dar-lhe forma. Mas a oportunidade de forjar unidade está presente na realidade» (Moody, 1997, p.178)

como um dado histórico existente em *potencialidade*.

## **Bibliografia**

- BALES, Kevin (2001) – *Gente descartável*. Lisboa: Caminho.
- BOURDIEU, Pierre (1998b) – *O que falar quer dizer*. Lisboa: Difel.
- BOURDIEU, Pierre (2001a) – *O poder simbólico*. 4ªed. Lisboa: Difel.
- BOURDIEU, Pierre (2001b) – *Razões Práticas: sobre a teoria da acção*. 2ªed. Oeiras: Celta.
- BOURDIEU, Pierre (2002), *Esboço de uma teoria da prática*, Oeiras, Celta
- BURAWOY, Michael (1982) – *Manufacturing consent*. Chicago: University of Chicago Press
- GLUCKSMANN, André (1977) – Nem todos somos proletários. In *Ensaio de opinião*. Vol.4, Rio de Janeiro: Editorial Inúbia, p.85-104
- GOFFMAN, Erving (1993) – *A apresentação do eu na vida de todos os dias*. Lisboa: Relógio d'água
- GORZ, André (2005) – *O imaterial – conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Editora Anna Blume
- HARDMAN, Francisco Foot (2002) – *Nem pátria, nem patrões*. São Paulo: Editora da Unesp (Universidade Estadual Paulista).
- HOBBSAWM, Eric (1988) – *A era do capital (1848-1875)*. 2ªed. Lisboa: Editorial Presença
- HOBBSAWM, Eric (2000) – *Os trabalhadores: estudos sobre a história do operariado*. 2ªed. São Paulo: Paz e Terra
- HOBBSAWM, Eric (2005) – *Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária*. 4ªed. São Paulo: Paz e Terra
- KATZNELSON, Ira e ZOLBERG, Aristide (org.) (1986) – *Working-class formation: nineteenth-century patterns in Western Europe and the United States*. Princeton: Princeton University Press
- KATZNELSON, Ira (1986) – Working-Class Formation: constructing cases and comparisons. In KATZNELSON, Ira e ZOLBERG, Aristide (org.) – *Working-class formation: nineteenth-century patterns in Western Europe and the United States*. Princeton: Princeton University Press, p.1-41
- KOCKA, Jurgen (1986) – Problems of working class formation in Germany. In KATZNELSON, Ira e ZOLBERG, Aristide (org.) – *Working-class formation: nineteenth-century patterns in Western Europe and the United States*. Princeton: Princeton University Press, p.279-351

KOO, Hagen (2001), *Korean workers: the culture and politics of class formation*, Ithaca and London, Cornell University Press

LABICA, Georges (2005) – Dictionnaire critique du marxisme. In, VV.AA. (ed.) – *Conferências de Serpa: em defesa da Humanidade*. Serpa: Câmara Municipal de Serpa.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich (1975) – *Manifesto do Partido Comunista*. Lisboa: Edições Avante

MESZAROS, Istvan (2002) – *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo

MOODY, Kim (1997) – *Workers in a lean world: unions in the international economy*. London: Verso

NEGRI, António; LAZZARATO, Maurizio (2001) – *Trabalho imaterial*. Rio de Janeiro: DP&A Editora.

PAKULSKI, Jan; WATERS, Michael (1993) – *The death of class*. Thousand Oaks: Sage.

PERROT, Michelle (1986) – On the formation of the working class; In KATZNELSON, Ira e ZOLBERG, Aristide (org.) – *Working-class formation: nineteenth-century patterns in Western Europe and the United States*. Princeton: Princeton University Press, p.71-110

POULANTZAS, Nicos (1978 [1968]) – *Political power and social classes*. London: Verso

RUDÉ, George (1970) – *Paris and London in the Eighteenth Century: studies in popular protest*. New York: Viking Press

SILVER, Beverly (2005) – *Forças do trabalho: movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870*. São Paulo: Boitempo.

SOBOUL, Albert (1988) – *Understanding the French Revolution*. London: Merlin Press

THOMPSON, Edward (1991), *The formation of the English working class*, London, Penguin.

THOMPSON, Edward (1993) – *Customs in common: studies in traditional popular culture*. London: Tauris.

ZOLBERG, Aristide (1986) – How many exceptionalisms? In KATZNELSON, Ira e ZOLBERG, Aristide (org.) – *Working-class formation*:

*nineteenth-century patterns in Western Europe and the United States.* Princeton:  
Princeton University Press; p.397-455